

Movimento LGBT, a memória de um espaço - tempo – humano

LGBT movement, the memory of a space - time - human

Mariana Quadros Gimenez

Mestranda em História

Universidade Federal da Grande Dourados

mariqgimenez@hotmail.com

Recebido em: 17/06/2015

Aceito em: 01/08/2015

RESUMO: Esta análise tem como objetivo compreender o desenvolvimento do movimento homossexual a partir da década de 1970 por meio das redes midiáticas como um importante suporte de memória do movimento LGBT brasileiro contemporâneo. Nesta perspectiva, entendemos a memória como um importante elemento para a construção da história, é por meio dela que o historiador encontra os caminhos das dinâmicas sociais durante o tempo e espaço. A memória, também é um elemento importante para as ações de grupos sociais que objetivam se legitimar na sociedade, buscando e se apoiando no passado para reivindicar uma participação ativa no presente. Neste sentido, compreendemos que a comunidade LGBT brasileira do século XXI vem buscando e construído uma memória própria de um passado que, historicamente, lhes foi negado e silenciado.

PALAVRAS-CHAVES: Meios de comunicação, memória, contramemória.

ABSTRACT: This analysis aims to understand the development of the homosexual movement from the 1970s through the media networks as an important storage medium of contemporary Brazilian LGBT movement. From this perspective, we understand memory as an important element for the construction of history, it is through the historian finds the ways of social dynamics through time and space. Memory is also an important element for the actions of social groups that aim to legitimize society, seeking and relying on past to claim an active role in this. In this sense, we understand that the Brazilian LGBT community of

the XXI century has sought and built its own memory of a past that, historically, they have been denied and silenced.

KEYWORDS: Communication means, memory, countermemory.

O termo “imprensa” nomeia os veículos de comunicação de caráter informativo existentes na sociedade, representados pelos jornais, revistas, televisão, rádio, *fanzines* e, com o advento da *internet*, os *blogs* e *web* jornais. Para esta análise, destacamos os periódicos impressos como agentes ativos nas dinâmicas sociais.

De acordo com Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, na obra *Imprensa e Cidade*¹, a imprensa periódica se desenvolveu na Europa a partir do século XV após a criação da prensa móvel por Johannes Gutemberg. Os primeiros jornais começaram a ser publicados no Brasil após a chegada da Corte portuguesa em 1808, o que resultou na instalação da tipografia da Impressão Régia, embora, conforme as autoras, anos antes dessa criação já houvesse experiências na produção de impressos em gráficas clandestinas, que podemos reconhecer como os primeiros jornais alternativos. Esse drible com relação ao oficialismo da imprensa portuguesa, a única autorizada a circular pelo território brasileiro, demonstra a vontade de informação local, ou seja, de fazer circular informações cotidianas e políticas da sociedade brasileira da época.

A imprensa periódica é, entre outros meios de comunicação, um veículo de informação, propagação de ideias e agente formador de opinião, o que representa o poder intrínseco da mídia. Por meio dela, podemos enxergar os contornos de uma determinada sociedade, uma vez que, nas folhas impressas, encontramos os discursos moralistas, comportamentais, econômicos, políticos e, conseqüentemente, as transformações, os encontros e desencontros de interesses, as manipulações e os conflitos inscritos na sociedade.

Essa capacidade de refletir o cotidiano sociocultural demonstra que a imprensa escrita é um dos elementos importantes para a compreensão e reconstrução da história. Como fonte ou objeto de investigação, os jornais são suporte de vestígios que falam sobre uma época, guardam as práticas de grupos e oferecem guarida à memória coletiva.

¹ LUCA, Tania Regina.; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

De acordo com Jacques Le Goff², a imprensa e a alfabetização tiveram um papel importante na aceleração e ampliação da memorização do saber; ou seja: a difusão de práticas culturais, antes transmitidas pela *práxis* cotidiana, agora tinham, na imprensa, ferramenta eficiente para a manutenção da sua existência, reconstrução e ressignificação de memórias e até mesmo para o silêncio destas.

A eficiência da circulação de informações pela mídia impressa interfere nos cotidianos das sociedades: diversas realidades e modos de viver são influenciados e, muitas vezes, realidades tradicionais são extintas ou significativamente transformadas. Além disso, memórias podem ser expandidas e preservadas ao longo do tempo e espaço.

Os jornais foram, durante muito tempo, ferramentas de diversos grupos sociais, os quais denunciavam, debatiam, expandiam ideias, criavam redes de solidariedade, conscientizavam e informavam sobre as suas ações e as retaliações que sofriam. Nessas condições, os periódicos tornaram-se suporte de memória para muitos grupos sociais, “cristalizando”, em folhas de papel, ações passadas. Esses vestígios são importantes às intenções de investigação histórica, pois evidenciam os eventos e as experiências no que diz respeito às práticas sociais dos membros de grupos que compõem a sociedade. Portanto, conforme Maurice Halbwachs³, a memória, além de ser um fenômeno individual é, antes de tudo, socialmente construída por meio do coletivo, ou seja, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, [...] para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras”. Marc Bloch⁴ também entende que a memória coletiva são “fatos da comunicação entre indivíduos”, ou seja: não basta lembrar ou conservar as representações referentes ao grupo; é necessário transmiti-las a seus membros mais jovens.

Por esse viés, entendemos que a memória histórica (produção historiográfica) é um pequeno segmento da memória coletiva, e os historiadores, fazendo parte da sociedade, do

² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2006, p.72.

⁴ BLOCH, Marc. Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente. In: _____. *História e historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1998, p.229.

coletivo, são, portanto, produtores e estimuladores de memórias. A esse respeito, Pierre Nora⁵ e Halbwachs (2006) evidenciaram, no entanto, que, por mais que as palavras “memória” e “história” digam respeito ao passado, não podemos concebê-las da mesma forma. Para os autores, a memória é uma experiência vivida física ou afetivamente pelo grupo e suscetível de transformações ao longo do tempo, ou seja, a memória são os resquícios particulares de determinados grupos e sociedades. Já a história, de acordo com Nora (1981), é uma operação intelectual: problematiza, questiona e reflete sobre os grupos sociais e suas memórias, ou seja, produz ou reforça a memória por meio da intervenção investigativa. A história registra, dessacraliza e produz memória. É por esse viés que, nesta análise, compreendemos os vestígios de memória e a função da história.

O *Lampião da Esquina*, um importante suporte de memória do movimento LGBT, fez parte da mídia impressa alternativa durante a ditadura militar no Brasil, *Lampião* circulou por todo o país entre os anos de 1978-1981. Naquele momento, foi um dos representantes do movimento homossexual que estava se formando e problematizou/desconstruiu os saberes que até então se tinha sobre a população homossexual, participou ativamente, ao lado de outras esferas da sociedade, como organizações não governamentais, grupos teatrais, a cena literária e cinematográfica, de outra construção social desses indivíduos. Esses lugares formaram os espaços que habitam a(s) memória(s) dos grupos, os quais, cada um com suas peculiaridades, têm muito a dizer sobre as práticas sociais da época.

O jornal *Lampião da Esquina* é um rastro do movimento homossexual da época, que se mostrou atuante durante um período crítico da sociedade brasileira. A análise desse meio de comunicação possibilita-nos desmistificar uma época em que se cristalizou a dualidade de posições e, conseqüentemente, a produção de duas perspectivas: a dos militares e a da esquerda comunista. Há pelo menos uns 30 anos, as referências à ditadura militar se deram em torno desses dois grupos e do silêncio de outras personagens. A intenção não é reclamar quem tem mais importância, mas democratizar os espaços investigativos, apontando que a movimentação da comunidade homossexual é tão importante para compreender o período

⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khouru. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, p.7-28, 1981.

como o são a atuação da esquerda tradicional e as práticas dos militares, entre tantos outros atores sociais naquele momento.

Nesse sentido, a busca da memória do grupo vem favorecer a inserção desses sujeitos na memória desses anos conturbados da história brasileira. Pela perspectiva dos homossexuais, que levantaram questões sobre as sexualidades, os corpos e as identidades de gênero não predominantes, podemos expandir nosso olhar a outras dinâmicas sociais do período. Desse modo, tal abordagem também é necessária para que possamos compreender a realidade contemporânea das problemáticas referentes às sexualidades.

A vontade de memória

Algo que nos chamou atenção ao folhearmos as páginas do *Lampião da Esquina* foi a preocupação exposta de demonstrar que o periódico estava fazendo história ou era via para a preservação das transformações que a comunidade homossexual estava provocando naqueles anos. O jornal foi construído, desde o princípio, para, além das necessidades do presente, atender um futuro, o que fica evidente no seguinte trecho retirado de uma chamada que convida os leitores a assinar o jornal: “Nós também estamos fazendo História. LAMPIÃO discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer”.⁶

Os idealizadores do jornal tinham consciência de que o projeto que estavam desenvolvendo situava-os como precursores de debates ainda obscuros na sociedade brasileira e sabiam da importância das pautas eleitas pelo conselho editorial⁷, quer para o presente, quer para o futuro. Isso evidencia que a representação do movimento homossexual construída no jornal tinha um objetivo determinado, característica que também é intrínseca da produção jornalística que ocupa um lugar importante como formadora e armazenadora da memória coletiva.

⁶ LAMPIÃO da Esquina. Rio de Janeiro, nº 10, p.15, março, 1979.

⁷ O conselho editorial do jornal *Lampião da Esquina* era composto por: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, Jean Claude Bernardet, João Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

A noção de que a comunidade homossexual estava quebrando paradigmas na época fica clara na preocupação que o jornal demonstrou acerca do destino de toda a produção referente aos homossexuais naquele momento:

MEMÓRIA GUEI. De alguns anos para cá, a Imprensa Brasileira tem dado um certo destaque a Questão Homossexual. Ensaios, entrevistas, matérias, reportagens e contos, têm sido publicados frequentemente em jornais e revistas de norte a sul do país. Para que todo esse material não se perca no tempo e no espaço, o Jornal Lâmpião resolveu organizar uma Memória de tudo que tenha sido publicado sobre homossexualismo e as ditas minorias. Para isso, pedimos a colaboração dos leitores, que enviemos recortes (original ou xerox) desse material com a indicação da fonte e data de publicação. Lâmpião da Esquina: Caixa Postal 41.031, Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20.400⁸.

A ameaça do esquecimento⁹, tema abordado por Andreas Huyssen¹⁰ e Joël Candau¹¹, foi motivo de preocupação por parte dos idealizadores do jornal, que se tornou um dos primeiros espaços a dar guarida aos vestígios produzidos no entorno da comunidade homossexual até o início da década de 1980. Nesse sentido, preservar a memória do grupo tornou-se estratégia que, conforme Michael Pollak¹², está estreitamente ligada ao sentimento de identidade e de pertencimento social. Tanto o acúmulo de vestígios materiais ou simbólicos de um tempo como a consolidação de identidades são estratégias políticas que se formam conforme as necessidades do presente e que, a qualquer momento, podem ser despertadas dos arquivos como instrumentos de ação.

Por esse viés, podemos compreender a memória como um saber de um tempo, que pode ser hegemônico ou subterrâneo, que possui propósitos numa sociedade mesmo quando

⁸ LÂMPIÃO da Esquina. Rio de Janeiro, nº 24, p.11, maio, 1980.

⁹ O esquecimento é muitas vezes tratado como uma ameaça à memória, porém Andreas Huyssen (2014) e Joël Candau (2014, p. 127) chamam nossa atenção para o fato de que o esquecimento faz parte da própria construção da memória; o esquecimento é o que “lapida a memória”, é o que dá forma e sentido à lembrança. “A memória esquecida, por consequência, não é sempre um campo de ruínas, pois ela pode ser um canteiro de obras. O esquecimento não é sempre uma fragilidade da memória, um fracasso de restituição do passado. Ele pode ser o êxito de uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou membros de um grupo fazem de si próprios”.

¹⁰ HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

¹¹ CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

¹² POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 03-15, 1989.

as memórias estão silenciadas. Esse saber que dá forma à memória não é espontâneo, mas produzido por um discurso cheio de intenções (o poder), de modo que a memória e a sua conservação não são naturais. É aí que reside o trabalho do historiador: desconstruir as dinâmicas pelas quais a memória se alimenta, se transforma, se cala e se cristaliza.

Como informa Nora (1993), os lugares de memória podem ser: os museus, arquivos, casas de cultura, institutos históricos, entre outros, criados para manter viva a memória de um grupo ou uma nação, para manter um vínculo de pertencimento e identificação entre os indivíduos. Tal preocupação decorre do volume de informações que influenciam uma determinada sociedade ou grupo, pois que chegam aos indivíduos causando transformações e ressignificações dentro de uma dinâmica cotidiana que, até o contato com outras realidades, sofria pouca alteração. Portanto, os lugares de memória se justificam pelo medo do esquecimento e pelo que as diversas informações podem causar em determinados núcleos sociais.

Tradicionalmente, esses lugares de memória foram responsabilidade do Estado ou de instituições vinculadas ao Estado, ou seja, universidades, museus, arquivos, entre outras. Portanto, o trabalho de enquadramento da memória, no sentido proposto por Pollak (1989), ou o ato de lembrar ou esquecer, está a cargo de um poder institucional, porém os indivíduos e grupos estão se apoderando da possibilidade de preservar a sua memória, e o poder de escolha daquilo que merece ser cristalizado está também sob responsabilidade dos próprios sujeitos envolvidos com os eventos do passado. É o caso de muitas comunidades no interior do Brasil, que, por iniciativa particular, constroem o seu lugar de memória. Também é o caso da potencialidade que a tecnologia proporciona a esses grupos: o computador e a internet dão condições para o armazenamento de rastros do passado e sua divulgação em larga escala.

A preservação do *Lampião da Esquina* é um exemplo da independência do ato de conservar parte de um passado por meio dos indivíduos envolvidos no ativismo LGBT. Por iniciativa dos membros do grupo, neste caso Luiz Mott¹³ que concedeu todas as edições do

¹³ Prof. Dr. Luiz Mott é antropólogo, historiador, pesquisador e um dos mais conhecidos ativistas brasileiros em favor dos direitos civis LGBT. Fundador do Grupo Gay da Bahia (fundado em 1980), uma das principais instituições que laboram em prol dos direitos humanos dos gays no Brasil, é conhecido em todo o Brasil por suas contribuições para os estudos sobre a Homossexualidade, pesquisas sobre as Populações Afro-Brasileiras

jornal *Lampião da Esquina* digitalizadas ao Grupo Dignidade¹⁴, este, por sua vez, disponibilizou para download o periódico em seu site oficial, o jornal saiu do arquivo e penetrou nas redes cotidianas da comunidade homossexual. Ação que demonstra uma tentativa de democratização da memória, que representa uma estratégia de ação na sociedade. O ato de fazer que o passado seja lembrado pelos integrantes do grupo é uma tática para as ações do presente.

Acreditamos que essa vontade de memória evidenciada em nossa contemporaneidade vai além da aceleração da história proposta por Nora (1993, p. 7), para quem assegurar vestígios do passado é a maneira de reagir à rapidez do presente provocada pelo intenso fluxo de informações:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascensão à consciência de si mesmo sob o signo de terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.

Joël Candau (2014) aplaude essa reflexão quando aponta que o desaparecimento da memória a que Nora (1993) se refere corresponde à falência das memórias unitárias. O autor observa a multiplicação de memórias particulares que reivindicam sua própria história, fato que explica a ausência de memórias organizadoras em larga escala e a manifestação de diversos grupos para tomar as rédeas de seu passado particular, ação que resulta em memórias fragmentadas. Conforme Candau, “As memórias contemporâneas seriam mosaicos sem unidade, feitas de fragmentos das grandes memórias organizadoras que foram despedaçadas,

e História das Religiões. Atualmente, é professor titular aposentado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor orientador do programa de pós graduação em História da UFBA. Entre sua vasta bibliografia destacamos: *Desviados em questão: Tipologia dos homossexuais da cidade de Salvador, Bahia* (1987); *Sexo proibido: Virgens, Gays e Escravos nas garras da Inquisição* (1989); *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis* (1997).

¹⁴ O Grupo Dignidade é uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Fundado em 1992, na cidade de Curitiba-PR, é pioneiro no estado do Paraná na área da promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

de pedaços compostos, restos divergentes, traços heterogêneos, testemunhos opostos, vestígios incoerentes”.¹⁵

Portanto, essa vontade de memória justifica-se pela autonomia assumida pelos indivíduos pertencentes a grupos específicos em preservar os vestígios por eles produzidos ao longo do tempo. Ou seja: os sujeitos tomam a frente do seu próprio passado, conservando ou criando os monumentos que contemplam realidades e práticas do passado de uma região, de uma comunidade/grupo ou até de algum personagem representativo de uma determinada sociedade.

A construção da memória, de um grupo ou Estado, sempre tem propósitos específicos para cada caso, mas geralmente estes são referentes às esferas políticas ou culturais. Ostentar uma memória coletiva e fazê-la prevalecer em relação às demais é sinônimo de poder; demonstra como o grupo está coeso e, por isso, forte. Nessas condições, fazer prevalecer e impor, nas relações hierárquicas ou verticais, uma memória coletiva é silenciar as demais, ou seja, uma forma de subjugar (o poder) o “outro”. Já nas relações sociais horizontais, a tentativa de legitimar uma memória coletiva justifica-se por acomodar uma determinada memória no corpo social. Nesse sentido, cada sociedade vai lidar de forma específica com a sua memória e sua acepção, como bem nos mostra Jacques Le Goff (2003), no livro *História e Memória*.

Além do sentido oferecido por Halbwachs (2006), para quem a função principal da memória coletiva seria manter a coesão e a continuidade dos grupos, propomos-nos compreender a memória no que se refere à identificação entre os sujeitos que, por meio da escolha¹⁶, em um determinado tempo e espaço, constroem sua memória. Ou seja: concebemos a constituição de uma memória coletiva numa perspectiva descontínua, que obedece às necessidades de momentos específicos das sociedades. Para desvendar os motivos da existência ou inexistência de determinadas memórias, é necessário pensar no que Michel Foucault¹⁷ propõe: fazer da história uma contramemória, ou seja, analisar a memória

¹⁵ CANDAU. *Memória e identidade*, p. 188.

¹⁶ LEGOFF, *História e Memória*.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 27^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

por meio da desnaturalização e da desconstrução dos seus barulhos e silêncios em determinadas épocas, buscar o não dito sobre o passado.

A relação entre memória e identidade é algo consolidado nas análises dos autores utilizados para esta reflexão, como Nora (1981); Le Goff (2003); Candau (2014); Halbwachs (2006); Pollak (1992). A identidade, no sentido de identificação entre os atores sociais, é instrumento de aproximação entre os indivíduos, e essa identificação produz memórias. Nessa perspectiva, entendemos o *Lampião da Esquina* como um jornal que resultou de um período específico da sociedade brasileira, quando esforços referentes à construção da imagem de um grupo foram potencializados. E isso indica uma movimentação significativa da comunidade homossexual, que foi interrompida com o advento da Aids na década de 1980. A imagem do homossexual ligou-se à Aids; expressões como “câncer *gay*” foram difundidas no mundo, e esses indivíduos foram silenciados mais uma vez. Após 30 anos, a questão homossexual (re)emerge na sociedade e, com ela, parte de um passado ressignificado que vem servir a propósitos do presente.

A comunidade homossexual do século XXI está emergindo, assumindo-se e reivindicando lugar legítimo na sociedade brasileira e mundial. São projetos que objetivam, desde a circulação em lugares públicos comuns a todos, a espaços nas esferas de proteção do Estado, por meio de leis que assegurem sua integridade física e moral. Essa movimentação também provoca reivindicações de um passado, de um lugar ativo na história, de uma memória coletiva que vai além da conquista em si, mas como o próprio instrumento de poder na contemporaneidade.

Lampião no séc. XXI

Como refletimos até agora, entendemos que a memória coletiva é construída em um determinado tempo e espaço, os quais são específicos, descontínuos e podem ser ressignificados em outras realidades sociais distintas daquela em que foram produzidos. Por meio da escolha, consciente ou inconsciente, cada lembrança¹⁸ é eleita ou esquecida pelo

¹⁸ De acordo com Maurice Halbwachs (2006), as lembranças são as construções feitas por nós de determinados fatos ou objetos, os quais se tornam provas de certos acontecimentos. Ou seja: o fato vivo se transforma em imagens e, conseqüentemente, em lembranças.

coletivo. Outra característica da emergência de memórias diz respeito à realidade vivenciada por determinados grupos na sociedade, o que vai potencializar o retraimento ou o transbordamento das memórias que envolvem o coletivo. Nesse sentido, o aparecimento de memórias subalternas faz aflorarem conflitos entre memórias estabelecidas; estas construídas e impostas por meio das relações de poder e que se tornam organizadoras da ordem social. Essas memórias paralelas desestabilizam, fragmentam e provocam movimento nas identidades estabelecidas, o que impulsiona a construção de novas identidades.

Nessa perspectiva, vamos analisar um jornal que, entre tantos outros suportes, reflete a realidade da comunidade homossexual em um momento específico da história brasileira. *Lampião* fez parte de uma produção intensa de materiais direcionados ao público homossexual do início da década de 1960 até o início de 1980. A partir das décadas de 1980 e 1990, evidenciamos outra realidade referente às dinâmicas homossexuais: o silêncio e o monopólio discursivo sobre esses sujeitos transformou a realidade social do grupo. Por fim, tratamos do reaparecimento público do personagem homossexual, com outra roupagem, nos primeiros anos do século XXI.

Partimos mais especificamente do ano de 1961, quando o grupo Turma OK¹⁹ foi fundado na Lapa/RJ. Por meio desse grupo, foram publicados alguns boletins que refletiam a dinâmica social dos homossexuais da época, tais como: *Snob* (1963-1969), *Darling* (1968) e *Gente Gay* (1976-1978). No ano de 1962, funcionou na cidade do Rio de Janeiro a Associação Brasileira de Imprensa *Gay*, que foi dirigida por Agildo Bezerra Guimarães e Anuar Farah, que foi fechada pelo regime militar anos mais tarde. Conforme o próprio *Lampião*, circularam no Rio de Janeiro, entre os anos de 1960-1970, aproximadamente quinze títulos que refletiam a questão homossexual. A imprensa homossexual também foi ativa na cidade de Salvador, onde, conforme Marcus Antônio Assis Lima (2007), circularam os seguintes títulos: *Fatos e Fofocas* (1963-1967), *Zéfiro* (1967), *Baby* (1968) e *Little Darling* (1970).

Além da produção periódica alternativa, a produção artística foi potencializada como instrumento de reflexão sobre as sexualidades inerentes à sociedade da época. Um bom

¹⁹ Segundo os próprios participantes, a Turma Ok é uma confraria *gay*, o mais antigo coletivo *gay* no Brasil, que está ainda em atividade.

exemplo é o do grupo teatral chamado *Dzi Croquettes* (1970). O grupo, formado por homens, homossexuais, que se travestiam de mulher, colocava em xeque os padrões referentes à sexualidade da época. O principal objetivo do grupo era questionar, de forma debochada e irônica, a realidade comportamental e política do cenário brasileiro do período. A ideia principal da trupe era: “Não somos mulheres, não somos homens, nós somos gente!”²⁰; claro questionamento sobre as questões dos gêneros feminino e masculino.

Na música, o álbum dos Secos & Molhados (1973) foi destaque no que diz respeito aos questionamentos comportamentais da época. Desde as indumentárias dos integrantes, que abusavam na maquiagem, nas roupas exóticas, nos acessórios e na exposição dos corpos seminus, até as letras provocativas, como a música “O vira”, temos claros exemplos de que a temática sobre as sexualidades estava ganhando cada vez mais espaço por meio da arte.

Nas artes plásticas, destacamos Darcy Penteado, que, em 1973, apresentou sua arte em telas numa exposição onde os corpos nus emanavam provocações ao conservadorismo da época. Mais tarde, Penteado fez parte do conselho editorial do jornal e compartilhou sua arte nas folhas do *Lampião da Esquina*, na condição de um dos principais ilustradores do jornal, que, sempre com traços simples, conseguia sugerir mensagens que evidenciavam as homossexualidades.

Nos espaços acadêmicos, o professor Peter Fry, que também foi membro do conselho editorial de *Lampião*, foi um dos primeiros estudiosos a contribuir com o debate sobre as homossexualidades na década de 1970. Ele inspirou uma geração de pesquisadores, entre os quais destacamos: Carmen Dora Guimarães, Luiz Mott, Edward MacRae, James N. Green, Nestor Perlongher, Richard Parker e Veriano Terto Júnior. Todos esses estudiosos foram precursores de reflexões que abarcavam o sujeito homossexual não mais como anormal ou patológico, mas como indivíduo inserido na sociedade, cujas problemáticas o colocavam em posição marginal e estigmatizada.

²⁰ Trecho extraído do documentário *Dzi Croquettes*, dirigido por Tatiana Issa e Raphael Alvarez em 2009.

Nesse mesmo período, o movimento feminista brasileiro começava a questionar o papel da mulher na sociedade. De acordo com Joana Maria Pedro²¹, a Segunda Onda do Feminismo²² começou a despontar na América Latina. No caso do Brasil, a autora destaca que,

O feminismo que surgiu durante a ditadura militar no Brasil, esteve diretamente envolvido com grupos de esquerda. Salvo raras exceções, a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, nesse período, participava de grupos de resistência, era simpatizante ou tinha familiar envolvido nestas lutas.

Os estudos feministas que começaram a se configurar a partir da década de 1970 foram de extrema importância para o (re)pensar a questão homossexual, isso porque o movimento feminista daquele período trouxe para o debate questões relacionadas ao corpo e ao prazer, que eram uma das principais pautas do movimento homossexual da época, como como podemos evidenciar em nossas reflexões sobre *Lampião da Esquina*.

No final dos anos de 1970, organizações não governamentais direcionadas para o público homossexual se formaram. Os coletivos Somos, Eros e Libertos são os primeiros a se organizar, incentivando a formação de outros em diversas cidades brasileiras. Essas ONGs representavam a comunidade homossexual nos debates sobre as minorias e promoviam encontros para reflexão sobre a situação a que estavam expostos os sujeitos homossexuais.

O sujeito homossexual marcava presença na grande mídia, mais especificamente no jornal *Última Hora*, na cidade de São Paulo, em 1976. Esse periódico deu guarida à “Coluna do meio”, que teve como idealizador o jornalista Celso Curi. Foi o primeiro espaço oficial direcionado ao público homossexual, porém, em decorrência da pressão de grupos econômicos que sustentavam o jornal e de questionamentos dos próprios leitores, o espaço

²¹ PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, J. M. e WOFF, C. S. (orgs). *Gêneros, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.115-137.

²² Costuma-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo e ao prazer e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. É assim chamado para se diferenciar do que é considerado como “Primeira Onda” do feminismo, movimento que esteve centrado na reivindicação de direitos políticos para a mulher— como o de votar e ser votada (ou eleita). Há discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo. (PEDRO, 2010, p.115).

foi extinto. E o jornalista responsável pela coluna sofreu investigação policial por atentado ao pudor.

Esses são alguns traços que marcaram a comunidade homossexual entre as décadas de 1960-1970, quando se podia constatar a existência de uma movimentação significativa sobre as questões referentes às homossexualidades. Uma produção reflexiva estava em formação, expandindo e fortalecendo o grupo, porém a chegada dos anos 1980 influenciou o processo pelo qual o grupo se constituía no que diz respeito ao espaço público.

O início dos anos de 1980 foi marcado pela eclosão da epidemia da Aids no mundo, que acreditamos ter sido um fato que influenciou o processo de formação da comunidade homossexual, iniciado desde a década de 1960. Nos primeiros anos da descoberta da Aids, o sujeito mais atingido moralmente pela doença foi o homossexual, como podemos evidenciar pelos termos utilizados à época para se referir à epidemia: “câncer *gay*” ou “peste *gay*”. Essa representação da Aids como uma doença específica e proliferada pelo público homossexual provocou uma repulsa social, que se justificava pelo receio de uma epidemia. De acordo com Richard Miskolci²³, “a epidemia inicial de HIV/aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada”.²⁴ Só um pouco mais de um ano após a identificação dos primeiros casos se constatou que todos os seres humanos estavam vulneráveis à síndrome, porém a associação do vírus aos homossexuais já estava consolidada no imaginário popular.

Por outro lado, tal situação provocou cada vez mais uma aproximação do Estado à comunidade homossexual. A parceria com o poder público foi acionada para o combate da Aids e conscientização do grupo quanto ao risco de uma epidemia. Vale lembrar que o Estado investiu na conscientização de todo o corpo social, independente de gênero e “orientação” sexual, principalmente no que diz respeito a publicidade do uso de preservativo

²³ MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, A. F. S., SABATINE, T. T., MAGALHÃES, B. R. (orgs). *Michel Foucault, sexualidade, corpo e direito*. Marília: Oficina Universitaria, 2011, p.47-68.

²⁴ MISKOLCI. *Não ao sexo rei*, p. 49.

nas relações sexuais. Na esteira de Foucault²⁵, podemos descrever essa intervenção como uma ação do bio-poder, ou seja, uma série de intervenções e controles reguladores direcionados à comunidade homossexual, sob a justificativa de preservação da saúde do corpo social. Tal ação potencializou a criação da categoria LGBT e de políticas públicas específicas direcionadas à saúde do grupo. Nesse cenário, merecem menção as ponderações de Miskolci:

Em suma, a epidemia de HIV/aids foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades. Nesse novo contexto, o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo²⁶.

A *heteronormatividade*²⁷, uma das principais estratégias de regulação e controle produzidas pelo dispositivo de sexualidade no final da década de 1980, com o advento da epidemia da Aids, passaria a normatizar, conforme Richard Miskolci²⁸, as práticas homossexuais: a pressão social vai além de uma *heterossexualidade compulsória*²⁹, que de acordo com Judith Butler³⁰, diz respeito ao indivíduo que é forçado a ser heterossexual; o objetivo é

²⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

²⁶ MISKOLCI. *Não ao sexo rei*, p. 50.

²⁷ Para Miskolci, a *heteronormatividade* é a nova ordem sexual do século XXI; seus principais preceitos são um modelo de vida afetiva coerente com o modelo heterossexual (monogâmico), e uma identidade de gênero coerente com o sexo (ser homossexual sem parecer *gay* ou lésbica); é “uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico ‘sexualidades’ que evidencia seu objetivo”: formar todos para ser heterossexuais ou organizar “suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade”. (MISKOLCI, 2009, p. 157). O autor acredita que, a partir da segunda metade do século XX, com a despatologização (1974) da homossexualidade, é visível o início de uma investida *heteronormativa* na vida da população homossexual.

²⁸ MISKOLCI, Richard. *A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normatização*. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

²⁹ Judith Butler (2003) esclarece que tal norma faz referência à obrigatoriedade dos indivíduos de ser heterossexuais: todos que desviem desse princípio são considerados anormais ou doentes que precisam de ajuda médica. A maior manifestação da heterossexualidade compulsória é a prática da homofobia, ou seja, a repulsa e o preconceito contra os homossexuais, expressos pela violência física ou moral.

³⁰ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

influenciar as relações afetivas homossexuais para que sigam os padrões heterossexuais, sendo a monogamia a base dos relacionamentos.

Conforme Júlio Assis Simões e Regina Facchici, na obra *Na trilha do arco-íris*³¹, o final dos anos 1980 e início 1990 configurou sob novas roupagens o movimento LGBT: agora influenciado pela presença da biopolítica, receberia financiamento de projetos direcionados à comunidade homossexual, faria que o grupo assumisse formas diferentes da imagem potencializada nos anos 1970. Essa aproximação com o poder público tornou legítimo, ainda que de forma tímida, o movimento LGBT na sociedade da década de 1990, de acordo com Simões e Facchini:

A partir dos anos 1990, podemos identificar a crescente aproximação dos grupos e associações homossexuais com o modelo ideal das organizações não governamentais (ONGs), com a criação de estruturas formais de organização interna e preocupações com a elaboração de projetos de trabalho em busca de financiamentos, bem como com a formação de quadros preparados para estabelecer relações com a mídia, parlamentares, técnicos de agências governamentais e associações internacionais. Esse novo formato sedimentou-se, em boa parte, por meio da experiência das ONGs-Aids, nas quais atuaram muitos militantes vindos do período anterior, bem como outros recrutados nesse momento. Grupos e associações ganham acesso a recursos e infraestrutura, mas a demanda pelos financiamentos governamentais e internacionais passou a produzir também um ambiente bastante competitivo, em que as disputas se exercitam não apenas nos fóruns da militância, mas nos grupos e listas de discussão da internet, cada vez mais numerosos³².

Na percepção dos autores, a principal forma de ação do grupo LGBT foram as ONGs, que, junto ao poder público, propuseram ações e solicitaram investimentos. Outro fator que contribuiu para a organização de associações foram as preocupações com as (novas) identidades. Só o fato da criação da categoria LGBT³³ evidencia a preocupação do grupo em deixar claro que a comunidade homossexual era composta de subgrupos distintos, o que refletiu na diversidade de ONGs e associações. Eventos direcionados ao lazer/política, como

³¹ FACCHICI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

³² FACCHINI. *Na trilha do arco-íris*, p. 61-62.

³³ LGBT ou LGBTTT, se refere à Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, é muito utilizado no Brasil do século XXI, contudo na história recente LGBT encontramos outros termos que foram utilizados como GLS; GLBS; GLBT; LGBTs; LGBTTTIA; e, LGBTI. Este último é a sigla mais utilizada por entidades governamentais como a ONU.

a Parada do Orgulho *Gay* e o Miss *Gay/Transexual/Travesti*, também foram criados na década de 1990. Percebemos que a movimentação homossexual do final do século XX diferenciou-se muito das décadas de 1960 e 1970, que atuaram de forma completamente autônoma, com objetivos menos institucionais e mais voltados para a existência pública desses indivíduos e as problemáticas inerentes às práticas entre eles e a sociedade.

A primeira década do século XXI vai mostrar-se ainda mais plural. As questões referentes às identidades de gêneros, “orientação” sexual e política institucional começariam a provocar um profundo debate, que se vem refletindo nos espaços públicos, provocando uma intensa discussão em vários âmbitos da sociedade, segundo Simões e Facchini:

As reivindicações do movimento LGBT têm ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda por direitos através do judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans³⁴.

As mídias sociais desempenham papel importante na ampliação da reflexão acerca das problemáticas e reivindicações da comunidade LGBT. Por meio de *sites* e *blogs* especializados ou ecléticos, as informações referentes às homossexualidades chegam ao grande público. Revistas em formato digital, como: *Coletivo Geni*, *Revista Memória LGBT*, canal no *YouTube Põe na Roda*, *[SSEX BBOX]* são quatro entre tantos outros espaços disponíveis na *web* para se discutirem questões voltadas para as relações de identidade de gênero e “orientação” sexual. Na maioria das vezes, esses *blogs* são criados de forma independente e com a colaboração de muitos usuários de diversas áreas.

Acreditamos que o computador e a *internet* se tornaram ferramentas de interação que possibilitaram um intenso fluxo de informações, que alteraram a dinâmica das relações

³⁴ FACCHINI. *Na trilha do arco-íris*, p. 18.

sociais, em especial da categoria LGBT. De acordo com Manuel Castells³⁵ (2005), a tecnologia da comunicação e informação não determina a sociedade, mas ela é a sociedade; isso porque é a sociedade que dá forma à tecnologia conforme as suas necessidades e interesses. A tecnologia não tem vida própria; ela precisa do raciocínio e da engenhosidade dos seres humanos para se tornar produtora de dinâmicas sociais; caso contrário, seria um projeto fracassado.

Conforme o autor, as redes de tecnologia estão potencializando de forma distinta as dinâmicas no que diz respeito às redes sociais, que, como Castells (2005) destacou, sempre existiram. A configuração na qual as redes de tecnologia se moldaram (e continuam se moldando) gira em torno da descentralização e autonomia dos indivíduos, os quais são produtores de conhecimento e compartilhadores de informação. Essa nova vertente de interação das redes possibilita novas dinâmicas sociais, conforme identificamos com relação ao movimento no espaço público em que está inserida a categoria LGBT, entre outros segmentos sociais.

Por meio das tecnologias da informação, a comunidade LGBT está ampliando a reflexão referente às homossexualidades, o que, conseqüentemente, constrói terreno seguro para as suas ações políticas e sociais. Nessas condições de produção, as tecnologias da informação, além de promoverem um debate intenso acerca das sexualidades, estão possibilitando a construção e a divulgação de uma memória LGBT.

Por esse viés, evidenciamos a intensa disponibilidade, na *web*, de artigos, livros, dissertações e teses acadêmicas voltadas para a investigação de questões referentes às homossexualidades; o compartilhamento de materiais audiovisuais que evocam o passado da comunidade LGBT, por meio de filmes e documentários; a criação e divulgação de espaços específicos da memória LGBT, das quais destacamos projetos já concretizados como: a criação da Rede LGBT de Museologia Social, ocorrida no último Fórum Nacional de Museus (2012); o Museu da Sexualidade (Salvador, Bahia), criado pelo Grupo *Gay* da Bahia (GGB), em setembro de 2008, primeira instituição de memória do país que abarca o tema da

³⁵ CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CARDOSO, Gustavo; _____ (Orgs.). *A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política*; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005, p.17-30.

sexualidade; e, as exposições *Sim, estou vivendo: Registros fotográficos de uma sociedade plural e do babado* e *Registros de uma sociedade plural e homofóbica*, promovidas pelo Museu da Bandeiras (IBRAM-Minc), primeiro espaço federal a contemplar a questão LGBT em suas exposições temporárias. Entre os projetos em andamento: a inclusão da comunidade LGBT, no Museu do Círio de Nazaré (Pará), o que se justifica pela participação do grupo no fim da procissão do Círio, quando ocorre a festa das Filhas das Chiquita; o reconhecimento de espaços e festas de sociabilidade LGBT na qualidade de patrimônio nacional, tal qual o Cabaret Casanova (Lapa, RJ), a mais antiga casa noturna do gênero em funcionamento no Brasil, e as Paradas *Gay* em diversas cidades brasileiras.

O trabalho de evocação do passado ainda pode ser evidenciado na emergência do *Lampião da Esquina*, que, além de estar disponível para *download* na *internet* a quem estiver interessado, está presente em muitas discussões pertinentes à comunidade LGBT, em publicações acadêmicas, midiáticas e autônomas. *Lampião* tornou-se uma das referências de um passado, que está sendo reivindicado nos últimos anos pelo grupo. O jornal faz parte de uma memória que está em transbordamento e construindo-se conforme os interesses conscientes e inconscientes não apenas do grupo, mas da sociedade como um todo. Nesse processo, há o trabalho de seleção e interpretação que dará forma ao passado da comunidade LGBT conforme os seus objetivos do presente.

Na perspectiva segundo a qual a construção da memória é instrumento das dinâmicas saber/poder potencializado pelas relações do presente, entendemos que as ações provocadas pela comunidade LGBT no início do século XXI desencadearam uma vontade intensa de memória. Essa busca de um passado comum do grupo justifica-se em dois pontos. O primeiro corresponde à construção de uma memória comum no sentido de coesão dos membros do grupo por meio da identificação de um passado. Halbwachs (2006) utiliza o termo “comunidade afetiva” para descrever a utilização da memória como estratégia de identificação entre os membros de um determinado grupo. O segundo refere-se à alocação de um grupo em um passado em que foi silenciado e marginalizado, ao questionamento de uma memória dominante. A proposta da incorporação de personagens ausentes numa primeira produção discursiva de um passado é identificada por Foucault (2006) como um trabalho de contramemória.

Essas duas direções que a memória pode percorrer levam-nos à seguinte reflexão: a construção da memória LGBT possui objetivo certo, de legitimar as ações e reivindicações da comunidade no presente, por meio da coesão, pela identificação dos indivíduos e do reconhecimento das ações do grupo em um determinado período histórico. Nesse sentido, entendemos a memória como uma produção discursiva e instrumento nas relações de poder que envolvem o grupo na sociedade do século XXI. Conforme Pollak, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]”.³⁶ Portanto, a produção da memória LGBT não é estática, mas está em constante movimento e diálogo com os diversos segmentos sociais; e sua cristalização ocorrerá após intensas negociações nas esferas institucionais da sociedade.

Evidenciamos que a atuação do *Lampião da Esquina*, durante a ditadura militar brasileira, vem sendo mencionada em livros³⁷, teses³⁸, dissertações³⁹, monografia⁴⁰ e em diversos espaços, especializados ou não. A última menção ao jornal foi na Comissão da Verdade⁴¹, quando foram mencionadas as perseguições contra a população LGBT durante o período militar. Nesse sentido, *Lampião* é evocado, pois foi alvo da ditadura, sofreu inquérito, foi investigado e seus idealizadores perseguidos por quase um ano, acusados de atentado ao pudor.

³⁶ POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio*, p. 5.

³⁷ COELHO, V., *Lampião da Esquina: porta voz dos homossexuais (1978-1981)*; SIMÕES, A. C., *E havia um Lampião na Esquina: memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura (1978-1980)*; GREEN, J., QUINALHA, R. *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*.

³⁸ BRAYNER, A. R. A., *Lampião: um bandido social?: análise discursiva da revista Lampião da Esquina*.

³⁹ BANDEIRA, M. L. G. *Será que ele é? Sobre quando o Lampião da Esquina colocou as cartas na mesa*; HEEREN, J. A. C. *O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião*.

⁴⁰ MOSQUEIRA, D. S. B., *Acorda Maria Bonita: representações femininas nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981)*.

⁴¹ Comissão Nacional da Verdade (CNV) é o nome de uma comissão brasileira que tem por objetivo investigar violações de direitos humanos consideradas graves e ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil, executadas por agentes do Estado. No dia 29/03/2014, foi realizada uma audiência pública sobre “Ditadura e homossexualidade no Brasil” no Memorial da Resistência, sede do antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) na cidade de São Paulo, momento em que refletiram sobre a perseguição que a comunidade homossexual sofreu no período de 1964-1985. O debate contou com a presença da Marisa Fernandes, professora da PUC-SP e militante LGBT, e com o professor brasileiro James Green e militante LGBT.

Tal ação rompe com a ideia maniqueísta de que a ditadura militar brasileira foi composta basicamente pela direita (militares) e a esquerda (comunistas), possibilitando desnudar a ação de outros grupos que questionaram o regime militar, não apenas pelo viés da esquerda tradicional, mas também por meio da problematização dos padrões comportamentais existentes à época. As ações da comunidade homossexual das décadas de 1960 e 1970 refletiram a política pelo viés da sexualidade: ao problematizarem o corpo, o desejo e o prazer, acabavam problematizando o corpo social como um todo em todas as instâncias de poder.

É evidente que os estudos sobre o período da ditadura militar brasileira negligenciaram, em sua maioria, a existência ativa do movimento homossexual durante o governo militar. As pesquisas acadêmicas voltadas para esse período ainda continuam colaborando para uma representação binária desse passado, entre esquerda *versus* direita. Mesmo com os esforços de uma parcela de pesquisadores interessados pela diversidade de indivíduos que resistiram à ditadura, continuamos reproduzindo uma perspectiva dualista das forças atuantes no período.

Ainda destacamos as ações da própria comunidade LGBT, que, por meio de esforços particulares, ou seja, longe de todas as esferas do poder público, têm procurado desnudar o passado do grupo de forma estratégica para a legitimação de suas práticas reivindicatórias do presente. A memória, para além da afirmação identitária, evidencia um instrumento de resistência. De acordo com Pollak (1989), essas memórias clandestinas submetidas a um longo silêncio estão longe de serem esquecidas; mesmo no subterrâneo, conduzem o seu trabalho de subversão porque não se deixam esquecer e, de maneira sutil, reconstroem-se e emergem no corpo social, em momentos propícios, como instrumento para legitimar-se e, conseqüentemente, exigir os seus interesses.

Estamos presenciando, no século XXI, uma significativa atuação e avanços da comunidade LGBT na sociedade, especialmente no que diz respeito a reivindicações de direitos junto ao poder público. Muitas conquistas foram concretizadas nesse início do século XXI, tais como o casamento e os benefícios que a união civil traz ao casal desde 2013; a

implantação, desde 2008, do processo transexualizador⁴² no Sistema Único de Saúde (SUS). Vale lembrar que este ainda é um processo muito burocrático e exige muita paciência dos envolvidos. Também já foi garantido a utilização do nome social pelo qual as pessoas que se classificam como trans preferem ser chamadas pelos órgãos públicos e, conseqüentemente, pela sociedade. Contudo, ainda é problemático e causa muita resistência por parte da população o uso de banheiros, por exemplo. Nesse cenário, evidenciamos que, ao mesmo tempo em que existe um empenho por parte do grupo para concretizar seus direitos, há um trabalho de reconstrução e exposição de um passado no qual a população LGBT esteve ativa, anunciando, em momentos históricos específicos, sua atuação na sociedade.

Entendemos o jornal *Lampião da Esquina* como parte de um passado ativo; não o único, mas um dos mais expressivos e que está sendo convocado constantemente por pesquisas acadêmicas, pela comunidade LGBT e pelo poder público. A lembrança frequente do jornal pode ser justificada pela circulação contínua em três anos consecutivos, pelo forte trabalho ativista desempenhado pelo periódico à época e pelo considerável prestígio de seus idealizadores, que, em sua maioria, eram intelectuais estabelecidos profissionalmente. Esses elementos fazem de *Lampião da Esquina* uma das mais expressivas fontes do passado recente, no qual se tornou evidência concreta da participação dos indivíduos homossexuais nas redes de relações que têm composto a sociedade brasileira.

⁴² O processo cirúrgico de adequação do corpo biológico à identidade de gênero do indivíduo.